

✓ DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

21º. Questão (3,4 Pontos)

Qual(s) o(s) sistema(s) que a Constituição da República prevê para sua modificação formal? Justifique a resposta.

22º. Questão (3,4 Pontos)

Identifique as hipóteses de incidência de controle de constitucionalidade preventivo existentes no Brasil. Fundamente a resposta.

23º. Questão (3,4 Pontos)

Estabeleça a relação entre a imprescritibilidade do crime de racismo e o princípio da dignidade da pessoa humana.

24º. Questão (3,4 Pontos)

Servidor público estadual é demitido após regular processo administrativo disciplinar. De posse de fatos novos, o servidor pleiteia a revisão administrativa e, em consequência, é reintegrado ao cargo. Na hipótese, é cabível indenização por perdas e danos? Justifique.

25º. Questão (3,4 Pontos)

Antes de iniciar obra, autorizada pelo Município, Caio teve sua licença para construir revogada pela administração. A licença poderia ter sido revogada? Em caso positivo, Caio poderá postular indenização por eventuais prejuízos? Justifique.

- 23 - Questão tipicamente dissertativa
- 24 - "A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que o servidor público reintegrado ao cargo, em virtude da declaração judicial de nulidade do ato de demissão, tem direito aos vencimentos e às vantagens que lhe seriam pagos durante o período de afastamento" (STJ, AgRg no REsp 1.372.643/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/5/2013).
- 25 - Licença é ato vinculado. No tocante à licença para construir, há divergência a respeito da possibilidade de revogação, havendo jurisprudência do STJ permitindo, quando há superveniência de interesse público relevante, mediante pagamento de indenização (Resp 1011581)

1ª Questão - Uma explosão em depósito de armamento da Polícia Militar, em decorrência de um raio, causou danos na vizinhança, atingindo a residência de Tício, provocando prejuízos em seu imóvel. Encaminhado à Defensoria Pública, Tício ingressa com Ação Indenizatória em face do Estado, que sustenta em sua defesa que o prejuízo não foi causado diretamente pelo Poder Público, e sim por um raio, motivo de força da natureza, causa excludente de responsabilidade. Pergunta-se: E o Estado responsável pelos danos causados à Tício? Fundamente a resposta. (15 pontos)

2ª Questão - Antônio, funcionário aposentado do Ministério do Exército, é aprovado em concurso público para o Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, é impedido de tomar posse no cargo de analista de sistemas, ao argumento de que já recebe proventos, não sendo possível acumulação de cargos. Pergunta-se: Assiste razão à autoridade estadual? Justifique. (15 pontos)

3ª Questão - Identifique ao menos dois exemplos de direitos fundamentais sediados na Constituição da República, que consagram o "princípio da solidariedade". Fundamente a resposta. (15 pontos).

4ª Questão - Supondo que determinado parlamentar apresentasse proposta de emenda constitucional visando suprimir do texto da Carta Magna a previsão dos recursos excepcionais alegando que a emenda abreviaria a tramitação dos processos judiciais, pergunta-se: Qual(is) o(s) meio(s) e sob qual(is) fundamento(s) se poderia impedir a tramitação da proposta? (15 pontos)

- 1 - A questão não é objetivamente respondível. A princípio, a força maior afastaria o nexo de culpabilidade, porém, caberia uma análise a respeito de alguma culpa estatal.
- 2 - § 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
- 3 - Fortemente presente na previdência, assistência social...
- 4 - Proposta dependeria de provocação de parlamentar por meio de MS - direito à ampla defesa e contraditório

1ª QUESTÃO (20 pontos): Em um município do interior do Estado, durante os fins de semana, em uma praça pública, ocorre uma feira de artesanatos. Com o objetivo de propiciar comodidade aos munícipes e como forma de incentivar o evento, a administração pública local oferece estacionamento à freguesia da feira, em um próprio municipal contíguo, cercado por grades e cuidado por vigias.

Caio, enquanto fazia compras na feira, foi vítima de furto de pertences no interior de seu veículo, que se encontrava no estacionamento.

Discorra sobre a responsabilidade civil do Município na hipótese, indicando o respectivo fundamento legal. (máximo de vinte linhas)

2ª QUESTÃO (15 pontos): Laura, juntamente com suas duas filhas, reside ininterruptamente desde 1º de junho de 1996, em um imóvel de 230m² de propriedade do IPERJ, localizado no Recreio dos Bandeirantes próximo ao local onde está sendo construída a Vila Olímpica para os Jogos Panamericanos de 2007.

Em 22 de janeiro de 2006, depois de ver indeferido, na esfera administrativa, um pedido de reconhecimento de seu direito à posse do imóvel, Laura é notificada judicialmente para desocupá-lo no prazo de 30 (trinta) dias e, não sendo proprietária ou possuidora de qualquer outro imóvel, procura a Defensoria Pública objetivando a permanência de sua família no local.

Sem redigir peça, indique a medida judicial a ser proposta, visando pronunciamento jurisdicional de natureza declaratória, os fundamentos jurídicos que embasam a pretensão, a natureza jurídica do direito da assistida e as principais características da relação jurídica entre as partes, indicando, também, a forma prevista em lei que confere publicidade ao direito de Laura. (máximo de vinte linhas)

3ª QUESTÃO (20 pontos): Quais as duas principais teses nas quais se respaldou o Supremo Tribunal Federal quando decidiu ser constitucional a contribuição dos inativos e pensionistas prevista na Emenda Constitucional nº 41/2003? (máximo de vinte linhas)

4ª QUESTÃO (15 pontos): Mévio foi excluído sumariamente dos quadros de uma cooperativa de produtores de leite, por ato unilateral da Diretoria, ante notícia de que vinha desviando recursos da entidade.

Considerando que Mévio se encontra impedido de exercer a atividade econômica de onde tira seu sustento e de sua família, disserte sobre o eventual direito de desconstituir tal situação, à luz do moderno entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre a hipótese. (máximo de vinte linhas)

- 1 - Responsabilidade civil do Estado - polêmico
- 2- Concessão de direito real de uso - MEDIDA PROVISÓRIA No 2.220, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001.
- 3 - Princípio da solidariedade - Equilíbrio financeiro e atuarial, bem como aos objetivos constitucionais de universalidade, equidade na forma de participação no custeio e diversidade da base de financiamento.
- 4 - Eficácia horizontal dos direitos fundamentais